



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E**  
**CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS**

## **ORIENTAÇÃO**

Senhores Licitantes/Fornecedores,

Considerando a dificuldade observada na localização dos certames com o advento da Nova Lei de Licitações e Contratos, segue orientação:

- 1) **Buscar o caminho: Serviços do Fornecedor > Dispensa/ Licitação Eletrônica (Novo)**
- 2) **Será aberta a seguinte tela:**

- 3) **Informe a unidade compradora: 070019 e o número da compra, seja ela dispensa ou licitação.**

**Lembramos que, caso ainda tenha dificuldade, deverá entrar em contato com o telefone de suporte do Compras.Gov: 0800.978.9001.**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E  
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

---

**LICITAÇÃO N.º 90.015/2025**  
**Pregão Eletrônico – Registro de Preços**  
**Protocolo n.º 1684-89.2025.6.16.8000 (SEI)**

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO  
PORTE E EQUIPARADAS<sup>1</sup> SOMENTE PARA OS ITENS 2, 4, 6 e 7**

**ABERTURA DA LICITAÇÃO**  
**DIA 06/10/2025 às 14:00 HORAS**

1. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (UASG 070019), por meio dos Pregoeiros designados pela Portaria nº 388/2023, da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço por item**, que será regido pela Lei nº 14.133/21, pelo Decreto nº 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, de acordo com o presente edital e anexos.

1.1. No dia **6 (seis) de outubro de 2025, às 14:00 horas**, horário de Brasília – DF, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Compras.gov.br* - <https://www.gov.br/compras>).

1.2. Integram-se a este edital, independente de transcrição, o **Termo de Referência - Anexo I, a Proposta Detalhada – Anexo II e a minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo III.**

## **2. DO OBJETO**

2.1. **Registro de preços para eventual aquisição de condicionadores de ar tipo split high wall e cortinas de ar**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações e condições descritas no Anexo I – Termo de Referência.

## **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO/DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA**

---

<sup>1</sup> Nos termos do Decreto nº 8.538/2015, são equiparadas, para as contratações públicas de bens, serviços e obras, às microempresas e empresas de pequeno porte: o agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas.

## O PREGÃO ELETRÔNICO

### 3.1. Poderão participar deste certame as empresas:

a) Que estiverem devidamente credenciadas no sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil e no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores);

b) Cujo objeto social expresso no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

**3.1.1.** Com exceção dos itens 1, 3 e 5, todos os itens são para participação exclusiva das microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

**3.1.1.1.** Os itens (1 e 2), (3 e 4), (5 e 6) referem-se exatamente ao mesmo objeto. Foi feito o desdobramento em dois itens para atendimento ao disposto no art. 8º do Decreto nº 8.538/2015 (cota reservada).

**3.1.2.** Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a participação fica limitada a aquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.2.** Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

### 3.4. Não poderá participar desta licitação:

**3.4.1.** Pessoa física.

**3.4.2.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

**3.4.3.** Entidades empresariais reunidas em consórcio<sup>2</sup>.

**3.4.4.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

**3.4.5.** Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

---

<sup>2</sup> Portaria DG TRE-PR 591/2022, art. 8º.

**3.4.5.1.** O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.4.6.** Aquele que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

**3.4.6.1.** A proibição constante do item acima se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.4.7.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**3.4.8.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**3.4.9.** Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do certame, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**3.4.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

**3.4.11.** Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.4.11.1.** A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.5.** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

**3.6.** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo, poderá ser vedada por este Tribunal, quando, no caso concreto, seja identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório (art. 2º, § 4º, da Resolução nº 07, de 18/10/05, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.7.** O licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

**3.7.1.** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

**3.8.** O licitante deverá estar inscrito no sistema eletrônico Compras.gov.br, no site <https://www.gov.br/compras>.

**3.8.1.** O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**3.8.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**3.9.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.10.** Ao participar de processo licitatório, o representante legal do licitante, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto desta contratação, o Contratante terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.

#### **4. ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS<sup>3</sup>**

**4.1.** A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico.**

**4.1.1.** Até a abertura da Sessão Pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta.

**4.1.2.** O licitante, no momento do cadastramento da proposta, deverá obrigatoriamente fazer constar a marca do produto, bem como o modelo (referência da linha de fabricação), se houver (no campo da descrição complementar), vez que diversos

---

<sup>3</sup> O licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, sob pena de responsabilização administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

fabricantes possuem mais de uma linha, com um diferencial de qualidade e especificação da matéria prima utilizada.

**4.2.** O licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

**4.3.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.4. O valor máximo unitário aceitável para a presente contratação consta no item 1.1.1 do Anexo I, termo de referência.**

**4.4.1.** As propostas deverão ser apresentadas pelo valor unitário do item, sendo que aquelas selecionadas ficarão à disposição da Administração, que se valerá dos preços registrados para a aquisição dos produtos.

**4.4.2.** A quantidade ofertada na proposta deverá corresponder ao quantitativo total estimado para cada item, conforme item 1.1.1 do Anexo I – Termo de Referência.

**4.5.** Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas (custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

**4.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital, o Anexo I – Termo de Referência e demais anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.7.** O CNPJ cadastrado no sistema Compras.gov, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

**4.7.1.** Caso o licitante vencedor não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

**4.8.** Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á ao fornecimento descrito neste edital.

**4.9.** As propostas terão eficácia de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do certame.

**4.10.** A vigência da Ata de Registro de preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**4.10.1.** Em caso de prorrogação da vigência da Ata, conforme disposto no item acima, será admitida a renovação dos quantitativos registrados, em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

**4.11.** Em razão do descritivo do Sistema Compras.gov (também reproduzido no documento “Relação de Itens”) não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame e, ainda, devido à limitação dos códigos do SIASG, as propostas deverão atender às especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste edital.

**4.12.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema que:

**4.12.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

**4.12.2.** Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**4.12.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**4.12.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.12.5.** Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, quando organizado em cooperativa.

**4.12.6.** Quando enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.12.7.** A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

## **5. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta melhor classificada.

## **6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A partir do início da Sessão Pública, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

### **6.1.1. Os lances serão ofertados pelo valor UNITÁRIO DO ITEM.**

**6.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**6.2.1.** O licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores de 1% (um por cento) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**6.3.** Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o lance que for registrado em primeiro lugar.

**6.4.** No transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.5.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.6.** O(a) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

**6.7.** Para o envio de lances será adotado o **modo de disputa aberto**, descrito a seguir:

**6.7.1.** A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da Sessão Pública.

**6.7.2.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item anterior será de 2 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**6.7.3.** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a Sessão Pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.7.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à



proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.7.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.8.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.9.** No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.9.1.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico usado para divulgação.

**6.10.** Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ensejando a desclassificação.

**6.11.** Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

**6.12.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos neste edital;
- c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.12.1.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas brasileiras;
- b) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- c) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.12.2.** Permanecendo empate após aplicação dos critérios previstos nos itens 6.12 e 6.12.1, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas.

## 7. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

**7.1.** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e a compatibilidade do preço em relação ao preço estipulado para a contratação.

**7.2.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

**7.3.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.3.1.** Havendo solicitação de negociação, será encaminhada contraproposta ao fornecedor, que deverá apresentar resposta no período máximo de 30 (trinta) minutos a contar do recebimento da contraproposta.

**7.4.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.4.1.** Nessas condições, caso haja propostas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, **relativamente aos itens 1, 3 e 5**, iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME, EPP ou equiparada, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

- a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, e após a comunicação automática para tanto, sob pena de preclusão.
- b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item anterior, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, se habilitada.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, EPP ou cooperativas que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.
- d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.

**7.4.1.1.** Na hipótese de nenhuma empresa classificada (microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada) exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 7.5 e

seguintes.

**7.4.1.2. Para os itens cuja participação é exclusiva para ME, EPP ou EQUIPARADAS (todos os itens, exceto os itens 1, 3 e 5), desconsidera-se o contido no item 7.4.1, sendo o objeto adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 7.5 e seguintes.**

**7.5.** O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas, contadas da solicitação do(a) pregoeiro(a), incluindo como anexo em campo próprio do sistema:

a) A Proposta Detalhada - Anexo II, devidamente adequada ao lance final.

b) Catálogo do produto, folder ou foto com todas as informações necessárias à perfeita identificação das características do objeto, com a indicação exata do modelo ofertado, para avaliação técnica, bem como para avaliação dos requisitos de sustentabilidade previstos nos itens 4.1.2 e 4.1.3 do Anexo I – Termo de Referência.

**7.5.1.** O licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) constante(s) no item 7.5 devidamente configurado(s), e em formato para impressão.

**7.5.2.** O não encaminhamento do(s) documento(s) solicitado(s) no item 7.5 ou sua não aprovação ensejará a desclassificação, sendo convocado o licitante classificado em 2º lugar para atender ao disposto acima e assim sucessivamente.

**7.5.3.** O prazo previsto no item 7.5 poderá ser prorrogado por igual período, em decorrência de solicitação do licitante, mediante justificativa aceita, ou de ofício, quando o(a) pregoeiro(a) constatar ser insuficiente<sup>4</sup>.

**7.6.** O(a) pregoeiro(a) efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**.

**7.6.1.** Para a aceitação da proposta, o licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores deverão **conter, OBRIGATORIAMENTE, apenas duas casas decimais**.

**7.6.2.** Não será aceita proposta cujo quantitativo ofertado seja inferior ao estabelecido no item 1.1.1 do Anexo I – Termo de Referência.

**7.7. Para os itens com cota reservada (itens 1 e 2, itens 3 e 4 e itens 5 e 6):**

**7.7.1.** Em atendimento § 3º do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, se a mesma empresa sagrar-se vencedora para a cota principal (itens 1, 3 ou 5) e para a cota reservada (itens 2, 4 e 6 respectivamente), a contratação de ambos os itens ocorrerá pelo menor preço.

**7.7.2.** Não havendo vencedor para a cota reservada (itens 2, 4 e 6), o(a) pregoeiro(a) oportunizará, via chat, ao vencedor da cota principal (itens 1, 3 ou 5

---

<sup>4</sup> Conforme Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 que regulamenta o pregão eletrônico, Art. 29, §§ 2º e 3º.

respectivamente), que manifeste-se sobre o interesse em fornecer o quantitativo integral (cota principal + cota reservada).

**7.7.3.** Caso o vencedor da cota principal não tenha interesse em fornecer a totalidade dos produtos, o(a) pregoeiro(a) oportunizará aos licitantes remanescentes, em ordem de classificação, que manifestem o seu interesse, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

**7.7.4.** Nos casos dispostos nos itens 7.7.2 e 7.7.3, os licitantes que manifestaram interesse em absorver o quantitativo da cota reservada, terão o quantitativo total registrado na Ata de Registro de Preços, para eventuais aquisições.

**7.8.** Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço** e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

**7.9.** Serão desclassificadas as propostas de preços que:

a) Não atenderem às exigências deste edital e seus anexos, desde que se trate de vício insanável;

b) Apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestamente inexequíveis.

**7.9.1.** Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

**7.9.1.1.** Será considerado como indício de inexequibilidade valor ofertado inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido neste edital.

**7.9.2.** Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

**8.1.** Em conjunto com o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e item 3 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**8.1.1.** Por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, mantido pelo CNJ ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php?validar=form](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form)) em nome do sócio majoritário da empresa licitante.

**8.1.2.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

**8.1.2.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**8.1.2.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma inabilitação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**8.1.3.** Constatada a existência de sanção, o(a) pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.2.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.1.2 e 4.12.6 deste edital.

### **8.3. A documentação de habilitação consistirá em:**

#### **8.3.1. Habilitação jurídica:**

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) **Microempreendedor Individual - MEI (desde que admitida a sua participação):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

d) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

e) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

### **8.3.3. A documentação exigida para fins de habilitação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.**

**8.3.3.1.** A comprovação desta habilitação será obtida *on line* pelo(a) pregoeiro(a), que verificará a validade dos documentos.

**8.3.3.2.** Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o(a) pregoeiro(a) poderá consultar o documento do licitante vencedor nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

**8.3.3.2.1.** Caso o(a) pregoeiro(a) não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a anexar, em campo próprio do Sistema Compras.gov, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação<sup>5</sup>.

**8.3.4.** Para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**8.3.4.1.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**8.3.5.** No caso de sociedades cooperativas deverão ser apresentados, ainda:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais

---

<sup>5</sup> Conforme IN 03/2018 SICAF.

extraordinárias;

e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

f) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art.4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764 de 1971;

h) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;

i) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

j) O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

k) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

l) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **8.4. Exigir-se-á dos licitantes as declarações:**

a) De que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/21;

b) De que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) De que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d) De que cumpre as regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

e) De que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

f) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação.

**8.4.1.** As declarações constantes no item acima serão exigidas no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.12.

**8.4.2.** O licitante, cuja proposta tenha sido aceita, deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas, a partir da solicitação do(a) pregoeiro(a), os documentos exigidos no item 8.3.5 (no caso de cooperativas) e demais documentos que não constem no SICAF, incluindo-os como anexos no Sistema Compras.Gov.

**8.5.** Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação

do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico.

**8.6.** O prazo previsto nos itens 8.4.2 e 8.5 poderá ser prorrogado por igual período em decorrência de solicitação do licitante, mediante justificativa aceita, ou de ofício, quando o(a) pregoeiro(a) constatar ser insuficiente<sup>6</sup>.

**8.7.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.8.** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o(a) pregoeiro(a) considerará o licitante inabilitado, o qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

**8.9.** Após a homologação correspondente, os preços serão registrados para futura utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

## **9. DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**9.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o Cadastro de Reserva, que se refere ao registro:

**9.1.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**9.1.2.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**9.2.** No prazo de até 1 (um) dia útil contado da homologação da licitação, os interessados em compor o Cadastro de Reserva deverão enviar e-mail para [scon@tre-pr.jus.br](mailto:scon@tre-pr.jus.br), com as seguintes informações:

<b>Empresa:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>Endereço completo (com CEP):</b>
<b>Telefone:</b>
<b>E-mail:</b>
<b>Banco:</b>
<b>Agência:</b>
<b>Nº Conta Corrente:</b>
<b>Nome do Representante Legal (que dará o aceite à nota de empenho):</b>
<b>CPF do Representante Legal (que dará o aceite à nota de empenho):</b>
<b>Número da Licitação:</b>
<b>Número do(s) item(ns) para os quais deseja participar do Cadastro de Reserva:</b>

<sup>6</sup> Conforme Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 que regulamenta o pregão eletrônico, Art. 39, §5º.



<b>Valor(es) ofertado(s) para cada item, nos termos dos itens 9.1.1 e 9.1.2:</b>
--

**9.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

**9.3.1.** A apresentação de novas propostas na forma de Cadastro de Reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

**9.3.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aquelas que mantiverem sua proposta original.

**9.4.** O chamamento dos licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuado quando houver necessidade de contratação, nas seguintes hipóteses:

**9.4.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;

**9.4.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23;

**9.4.3.** Quando houver a necessidade de contratação, nos termos do item 10.3, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação dos licitantes, conforme itens 7 e 8 deste edital.

**9.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**9.5.1.** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**9.5.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **10. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**10.2.** O prazo para a assinatura estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Tribunal.

**10.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

**10.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Anexo I – Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**10.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**10.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**10.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, nos termos do item 9.

**10.8.** Poderá ser autorizada a utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, nos termos previstos no Decreto nº 11.462/23, bem como no Anexo III (minuta do Ata de Registro de Preços) deste edital.

## **11. DA CONSULTA AO CADIN**

**11.1.** Após o encerramento da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) fará consulta ao CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, para fins do disposto nos artigos 6º e 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

**11.1.1.** Constatada a existência de registro, será concedido à adjudicatária prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a comprovação da regularização.

**11.1.2.** Persistindo o registro, a sessão pública será reaberta para convocação dos licitantes remanescentes.

## **12. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**12.1.** O prazo para envio de pedidos de esclarecimentos, que deverão ser feitos por meio eletrônico (*e-mail* [cpl@tre-pr.jus.br](mailto:cpl@tre-pr.jus.br)), é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da Sessão.

**12.2.** O(a) pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

**12.4.** Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital, por meio eletrônico,

pelo e-mail [cpl@tre-pr.jus.br](mailto:cpl@tre-pr.jus.br), sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão “.doc”, possibilitando a inserção no sistema Compras.gov pelo(a) pregoeiro(a).

### **13. DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** A despesa com a presente licitação correrá à conta dos elementos que serão especificados quando da solicitação dos itens.

**13.2.** Após a indicação da empresa vencedora pelo(a) pregoeiro(a) e devidamente autorizada pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, procederá à emissão da NOTA DE EMPENHO, notificando-a para que manifeste o aceite respectivo.

**13.2.1.** A empresa deverá manifestar o aceite da Nota de Empenho, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do comunicado feito pelo TRE/PR.

**13.2.2.** Não ocorrendo aceite da Nota de Empenho no prazo determinado no item 13.2.1, injustificadamente, a empresa estará sujeita às penalidades cabíveis.

### **14. DO PAGAMENTO**

**14.1.** Do documento fiscal: O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado, por e-mail ([cgp@tre-pr.jus.br](mailto:cgp@tre-pr.jus.br)), em formato “.pdf”.

**14.1.1.** Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela Contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte à prestação dos serviços.

**14.1.2.** O documento fiscal deverá estar de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, bem como, apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado e habilitado no certame e constante nos documentos entregues.

**14.1.3.** Outras especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento :

**14.1.3.1.** CNPJ da Contratada;

**14.1.3.2.** CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;

**14.1.3.3.** Data de emissão da Nota Fiscal;

**14.1.3.4.** Descritivo dos valores unitário e total;

**14.1.3.5.** Dados bancários para créditos, Banco, Agência e Conta Corrente, a qual deverá ser obrigatoriamente da própria Contratada;

**14.1.3.6.** A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

#### **14.2. Das condições do pagamento:**

**14.2.1.** O pagamento será efetuado mediante crédito em conta

corrente, conforme indicação da Contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**14.2.1.1.** O prazo para atestado da Nota Fiscal é de até 10 (dez) dias úteis a partir do aceite da mesma pelo gestor da contratação, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências constantes neste edital e demais anexos.

**14.2.1.2.** O prazo para pagamento da Nota Fiscal é de 10 (dez) dias úteis após o atestado da mesma pelo fiscal designado para a contratação.

**14.2.1.3.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos previstos nos itens 14.2.1.1 e 14.2.1.2 serão reduzidos para 5 (cinco) dias úteis.

**14.2.1.4.** A Nota Fiscal/Fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será suspenso e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**14.2.1.5.** O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da Nota Fiscal/Fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 4.7.1.

**14.2.1.6.** Da correção monetária: na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%);

$I = (6/100)/365$

**14.2.1.7.** Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**14.2.2.** Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

**14.2.3.** O TRE-PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

### **14.3. Da regularidade fiscal:**

**14.3.1.** Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da Contratada em vigor na data do pagamento.

**14.3.1.1.** A Contratada, inadimplente quanto à regularidade fiscal, estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**14.3.1.2.** A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) Por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) Por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) Por meio da apresentação de documentação, pela Contratada, anexada ao documento fiscal.

**14.3.1.3.** O resultado das consultas, de que tratam as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

**14.4. Da substituição tributária:** O pagamento a ser efetuado em favor da Contratada estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

## **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

**15.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a).

**15.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial, quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva .

**15.1.3.** Não assinar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a licitação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**15.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o

certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento de licitação.

**15.1.5.** Fraudar a licitação.

**15.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

**15.1.6.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**15.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

**15.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**15.2.** O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, com a possível aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**15.2.1.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**15.3.** Na aplicação das sanções serão considerados(as) (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que da infração provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**15.4.** O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas

nos subitens 15.1.1 a 15.1.8 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, à multa nos seguintes percentuais:

**15.4.1.** 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado pela conduta do fornecedor relativamente a qualquer das infrações previstas nos subitens 15.1.1 e 15.1.2.

**15.4.2.** 10% (dez por cento) do valor homologado, por qualquer das infrações previstas no subitem 15.1.3.

**15.4.3.** 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações previstas nos subitens 15.1.4 a 15.1.8.

**15.5.** Nos termos da Lei nº 14.133/21, fica o licitante vencedor sujeito às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços (anexa a este edital).

**15.6.** Poderá ser aplicada a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR NO ÂMBITO DA UNIÃO**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**15.7.** Poderá ser aplicada a sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR**, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

- a) apresentar documentação ou declaração falsa;
- b) praticar ato fraudulento;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**15.8.** A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a Contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

**15.9.** A aplicação das sanções previstas não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**15.9.1.** A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida

de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

**15.10.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**15.11.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**15.12.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**15.13.** As multas imputadas à Contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75/2012 do Ministério da Fazenda) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**15.14.** A Contratada autoriza desde já o desconto de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**15.15.** Caso não seja possível o desconto, a Contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**15.16.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**15.17.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**15.18.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**15.19.** As sanções serão registradas no SICAF e publicadas no DOU, nos casos de impedimento.



## **16. DOS RECURSOS**

**16.1.** Das decisões proferidas pelo(a) Pregoeiro(a), caberão recursos nos termos do artigo 165 da Lei nº 14.133/21.

**16.2.** O licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contado do momento da divulgação do vencedor, desde que manifestada a intenção de recorrer imediatamente após a classificação da proposta ou após a habilitação da empresa vencedora, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

**16.2.1.** Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

**16.3.** A falta de manifestação imediata importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto ao vencedor.

**16.4.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**16.5.** Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no artigo 166 da Lei nº 14.133/21.

## **17. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1.** O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos dos artigos 41 e 42 da IN SEGES/ME 73/21.

**17.2.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**17.3.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**17.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**17.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

**17.6.** Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema Compras.gov, considera-se o horário das 12h às 18h.

**17.7.** No caso de processo administrativo e durante o seu transcurso, as notificações às empresas poderão ser efetivadas por meio eletrônico, tais como e-mail ou aplicativo *Whatsapp*, presumindo-se eficaz a sua realização com o aviso de confirmação de recebimento do documento.

**17.8.** Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender às qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

**17.9.** O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

## **18. INFORMAÇÕES**

**18.1.** Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital na *home page* do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná ([www.tre-pr.jus.br](http://www.tre-pr.jus.br)) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ([www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br)).

**18.2.** Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidos através dos contatos abaixo:

**18.2.1.** Pregoeiro/Equipe de Apoio: pelos telefones (41) 3330-8604, (41) 3330-8495, (41) 3330-8741 ou e-mail [cpl@tre-pr.jus.br](mailto:cpl@tre-pr.jus.br);

**18.2.2.** Seção de Elaboração de Editais: pelos telefones (41) 3072-4818, (41) 3072-4796, (41) 3330-8753, (41) 3330-8598 ou e-mail [seled@tre-pr.jus.br](mailto:seled@tre-pr.jus.br).

**18.3.** O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 18h.

Curitiba, 19 de setembro de 2025.

**Sandra Mara Kovalski dos Santos**  
Pregoeira



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

**1.1. Registro de preços para eventual aquisição de condicionadores de ar tipo split high wall e cortinas de ar**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.

**1.1.1.** Quadro sintético:

Item	Descrição	Unid. de medida	Qtd	SIASG	Valor máximo aceitável UNITÁRIO	Valor máximo aceitável TOTAL
1	Condicionador de ar - tipo split - 12.000 BTUs Cota Principal para Ampla Participação	Unidade	23	458192	R\$ 2.684,04	R\$ 61.732,92
2	Condicionador de ar - tipo split - 12.000 BTUs Cota Reservada Exclusiva ME/EPP/COOP do item 1	Unidade	7	458192	R\$ 2.684,04	R\$ 18.788,28
3	Condicionador de ar - tipo split - 18.000 BTUs Cota Principal para Ampla Participação	Unidade	23	458191	R\$ 3.890,60	R\$ 89.483,80
4	Condicionador de ar - tipo split - 18.000 BTUs Cota Reservada Exclusiva ME/EPP/COOP do item 3	Unidade	7	458191	R\$ 3.890,60	R\$ 27.234,20
5	Condicionador de ar - tipo split - 30.000 BTUs Cota Principal para Ampla	Unidade	108	397102	R\$ 6.626,65	R\$ 715.678,20

	Participação					
6	Condicionador de ar - tipo split - 30.000 BTUs  Cota Reservada Exclusiva ME/EPP/COOP do item 5	Unidade	12	397102	R\$ 6.626,65	R\$ 79.519,80
7	Cortina de ar - 200 a 330 Watts	Unidade	10	420876	R\$ 1.078,90	R\$ 10.789,00

## 1.2. Das especificações técnicas.

### 1.2.1. Itens 1 e 2 - CONDICIONADOR DE AR – TIPO SPLIT – 12.000 BTUS

- a) Split High Wall;
- b) Capacidade mínima, 12.000btus;
- c) Tecnologia Inverter;
- d) Cor clara (branca/gelo/bege);
- e) 220V;
- f) Ciclo quente/frio;
- g) Composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna);
- h) Compressor rotativo;
- i) Serpentina em cobre;
- j) Gás refrigerante R32;
- k) Controle remoto sem fio;
- l) Classificação energética “A”;
- m) Código SIASG: 458192;
- n) **Marcas / modelos de referência (ou similar ou de melhor qualidade):** Elgin ECO INVERTER II (HJ) HJQI12C2WC/HJQE12C2CC, Elgin ECO INVERTER II (HJ) HJQI12C2WD/HJQE12C2CD, Elgin ECO DREAM INVERTER (HI) HIQI12C2WA/HIQE12C2CA, GREE - G TOP AUTO INVERTER 12.000BTUs GWH12ATC-D6DNA1A.

### 1.2.2. Itens 3 e 4 - CONDICIONADOR DE AR – TIPO SPLIT – 18.000 BTUS

- a) Split High Wall;
- b) Capacidade mínima, 18.000btus;
- c) Tecnologia Inverter;

- d) Cor clara (branca/gelo/bege);
- e) 220V;
- f) Ciclo quente/frio;
- g) Composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna);
- h) Compressor rotativo;
- i) Serpentina em cobre;
- j) Gás ecológico, R32;
- k) Controle remoto sem fio;
- l) Classificação energética "A";
- m) Código SIASG: 458191;
- n) **Marcas / modelos de referência (ou similar ou de melhor qualidade):** Elgin HJQI18C2WB/HJQE18C2CB ECO INVERTER II (HJ), Elgin HIQI18C2WA/HIQE18C2CA ECO DREAM INVERTER, GREE - G-TOP AUTO INVERTER GWH18ATD-D6DNA1A.

### 1.2.3. Itens 5 e 6 - CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT - 30.000 BTUS

- a) Split High Wall;
- b) Capacidade mínima, 30.000btus;
- c) Tecnologia Inverter;
- d) Cor clara (branca/gelo/bege);
- e) 220V;
- f) Ciclo quente/frio;
- g) Composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna);
- h) Compressor rotativo;
- i) Serpentina em cobre;
- j) Gás ecológico, R32;
- k) Controle remoto sem fio;
- l) Classificação energética "A";
- m) Código SIASG: 397102;
- n) **Marcas / modelos de referência (ou similar ou de melhor qualidade):** Elgin - HJQI30C2WB/HJQE30C2CB ECO INVERTER II (HJ), Elgin HIQI30C2WA/HIQE30C2CA ECO DREAM, GREE - G TOP AUTO INVERTER GWH30ATEXF-S6DNA1A INVERTER (HI) .

### 1.2.4. Item 7 - CORTINA DE AR - 200 A 330 WATTS

- a) Comprimento de 150 cm;
- b) Cor clara (branca/gelo/bege);

- c) 220V;
- d) Nível de ruído entre 50 dB a 62dB;
- e) Controle remoto sem fio;
- f) Potência entre 200 e 330 W;
- g) Peso entre 10 a 23 kg;
- h) Vazão de ar entre 2150 a 2800 m³/h;
- i) Número de velocidades: 2 no mínimo;
- j) Código SIASG: 420876;

k) **Marcas / modelos de referência (ou similar ou de melhor qualidade):** Elgin modelo Compact CAD-3015-2 e Springer - ACG15S5.

- 1.3. Do local e horário de entrega:** as entregas deverão ser realizadas na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, no horário das 13h às 17h, mediante prévio agendamento junto à Logística de Material Permanente, nos telefones (41) 3330-8886 ou 3072-4820.
- 1.4. Prazo de entrega do objeto:** a entrega deverá ocorrer em até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do aceite da nota de empenho.
- 1.5. Enquadramento da contratação para fins de vigência:** O fornecimento objeto desta contratação é caracterizado como **não contínuo**, visto que atenderá à necessidade transitória do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

- 2.1.** A presente contratação justifica-se pela necessidade de climatizar novos ambientes, bem como aqueles que passaram por reconfigurações. Também se faz necessária a substituição de equipamentos obsoletos ou sem condições de uso, seja em razão de danos causados pelo tempo e impossibilidade de reparo, seja pela inviabilidade econômica da manutenção. Ademais, visa-se garantir a disponibilidade dos sistemas de climatização para atendimento das demandas internas, especialmente nas unidades localizadas no interior do Estado.
- 2.2.** A presente contratação tem por objetivo a reposição de itens já adquiridos e praticamente padronizados, não configurando, portanto, uma nova solução.
- 2.3.** Pesquisas são realizadas para verificação de marcas e modelos que respeitam as especificações já definidas e também possíveis inovações, sempre zelando pelo atendimento aos critérios de sustentabilidade e padrões de qualidade.

## 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

### **3.1. Das obrigações da Contratada:**

- 3.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local de entrega constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo,

procedência e prazo de garantia.

- 3.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 3.1.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação do TRE-PR, o condicionador de ar que apresentar avarias ou defeitos detectados em qualquer dos atos de recebimento.
- 3.1.4.** Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da realização da solicitação, quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos bens adquiridos, que eventualmente venham a ser solicitados pelo Contratante.
- 3.1.5.** Respeitar as normas de segurança, controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRE-PR.
- 3.1.6.** Os produtos deverão ser novos e estarem de acordo com as condições do Termo de Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor.
- 3.1.7.** Em todos os casos de entrega e retirada de produtos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE-PR.
- 3.1.8.** Manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições exigidas para a habilitação.
- 3.1.9.** Manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à Gestão da Contratação.

### **3.2. Das obrigações do Contratante:**

- 3.2.1.** Permitir acesso dos empregados da Contratada às dependências do TRE/Fórum para a entrega ou execução do contrato.
- 3.2.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora.
- 3.2.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e seus anexos.
- 3.2.4.** Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens entregues com as especificações constantes no presente Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 3.2.5.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 3.2.6.** Solicitar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto.
- 3.2.7.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da comissão/servidor especialmente designado.
- 3.2.8.** Efetuar o pagamento à Contratada, na forma convencionada.
- 3.2.9.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida

pela Contratada.

#### 4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**4.1. Sustentabilidade:** Para o fornecimento do material objeto deste Termo de Referência, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

**4.1.1. Para todos os itens:** Os produtos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento (IN 01/2010 - SLTI/MPOG).

**4.1.2. Solicitações adicionais para os condicionadores de ar (itens 1 ao 6):**

- a) Utilização de gás ecológico R32;
- b) Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, Classe “A”;
- c) Categoria inverter;
- d) Certificação de segurança e qualidade, em nome do fabricante, especificamente para o modelo ofertado, registrado no INMETRO e emitido por organismo acreditado, conforme portaria 269/2021 - INMETRO e demais atualizações.

**4.1.3. Solicitações adicionais para cortina de ar (item 7):**

- a) Certificação de segurança e qualidade, em nome do fabricante, especificamente para o modelo ofertado, registrado no INMETRO e emitido por organismo acreditado, conforme portaria 148/2022 - INMETRO e demais atualizações.

**4.1.4.** As exigências dos itens 4.1.2 e 4.1.3 serão verificadas na aceitação da proposta, conforme item 7.5.b do Edital.

**4.2. Indicação de marca ou modelo:** foram indicadas marcas e modelos de referência ou similares ou de melhor qualidade, conforme dispõe o art. 41, I, “d”, Lei nº 14.133/2021. Nesses casos a marca é de Referência ou Similar.

**4.3. Participação de Pessoa Física:** Não será admitida a participação de pessoa física, vez que a execução do objeto exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar (art. 4º, parágrafo único da IN SEGES/ME nº 116, de 2021).

#### 5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

**5.1. Condições de entrega:** Caso não seja possível a entrega na data assinalada no presente Termo de Referência, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**5.2. Do recebimento provisório:** os bens serão recebidos pela Logística de Material Permanente, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência

**5.3. Do recebimento definitivo:** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, pela Seção de Gestão de Patrimônio, após a



verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e atendimento às exigências da contratação.

- 5.4. Dos bens rejeitados:** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4.1 A Contratada deverá efetuar o recolhimento e a substituição dos produtos rejeitados, no mesmo local de entrega, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação do TRE/PR.

**5.4.1.** A não retirada dos bens rejeitados no prazo acima fixado acarretará a requisição do material em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133/2021.

**5.4.2.** O material referido no item anterior será encaminhado para doação, a ser efetuada em conformidade com a Ordem de Serviço TRE-PR n. 03/2016, que estabelece procedimentos relativos ao desfazimento de materiais inservíveis no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

- 5.5. Garantia do produto, manutenção e assistência técnica:** O prazo de garantia dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 03 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**5.5.1.** Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido acima, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante. Caso o prazo fornecido pelo fabricante seja superior, este prevalecerá em relação ao prazo disposto no subitem 5.5.

**5.5.2.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

**5.5.3.** Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação encaminhada pelo TRE-PR.

**5.5.4.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

**5.5.5.** Caso o prazo de reparação do produto supere 10 (dez) dias úteis, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

**5.5.6.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

**5.5.7.** O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

**5.6. Forma de pagamento:** Para cada demanda específica gerada a partir da Ata de Registro de Preços, o pagamento ocorrerá em **parcela única**, após o **recebimento definitivo** e ateste dos bens, comprovando sua plena conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**5.6.1.** A Contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o e-mail: [cgp@tre-pr.jus.br](mailto:cgp@tre-pr.jus.br) ou poderá ser apresentada na forma física, juntamente com o material entregue.

**5.6.2.** A nota fiscal deverá conter o nome e número do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria Contratada.

## **6. DO MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**6.1.** A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** As comunicações entre o órgão e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.3.** A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados para este fim.

**6.4.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção, determinando prazo para a correção.

**6.5.** O fiscal/gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento, no que couber, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.6.** O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

**6.7.** O fiscal/gestor da contratação comunicará à Secretaria de Administração, em tempo hábil, o término da vigência da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva prorrogação .

**6.8.** O gestor da contratação deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **7. DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**7.1.** A presente contratação não envolve compartilhamento de dados pessoais.

**7.2.** As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.

**7.3.** A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei

Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste Termo, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

## **8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 8.1.** Em atendimento ao item § 4º do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, no momento da aquisição serão priorizados os produtos da cota reservada, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.
- 8.2.** As quantidades previstas no presente Termo de Referência são estimativas máximas, sendo que este Tribunal se reserva o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral, ou NÃO adquirir nenhum item.
- 8.3.** Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Gestão de Patrimônio, por meio dos telefones (41) 3330-8489 e 3072-4820 ou pelo e-mail [sgpa@tre-pr.jus.br](mailto:sgpa@tre-pr.jus.br), com Célio ou Elenice.

**ANEXO II**  
**PROPOSTA DETALHADA**

<b>Empresa:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>Endereço completo (com CEP):</b>
<b>Telefone:</b>
<b>E-mail:</b>
<b>Banco:</b>
<b>Agência:</b>
<b>Nº Conta Corrente:</b>
<b>Nome do Representante Legal (*):</b>
<b>CPF do Representante Legal (*):</b>

**(\*) quem dará aceite à nota de empenho.**

Valores ofertados (o participante deverá preencher os valores dos itens para os quais foi vencedor):

Item	Descrição	Unid. de medida	Marca	Modelo	Qtd	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Condicionador de ar - tipo split - 12.000 BTUs Cota Principal para Ampla Participação	Unidade			23		
2	Condicionador de ar - tipo split - 12.000 BTUs Cota Reservada Exclusiva ME/EPP/COOP do item 1	Unidade			7		
3	Condicionador de ar - tipo split - 18.000 BTUs	Unidade			23		

	Cota Principal para Ampla Participação						
4	Condicionador de ar - tipo split - 18.000 BTUs Cota Reservada Exclusiva ME/EPP/COOP do item 3	Unidade			7		
5	Condicionador de ar - tipo split - 30.000 BTUs Cota Principal para Ampla Participação	Unidade			108		
6	Condicionador de ar - tipo split - 30.000 BTUs Cota Reservada Exclusiva ME/EPP/COOP do item 5	Unidade			12		
7	Cortina de ar - 200 a 330 Watts	Unidade			10		



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E  
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

---

**ANEXO III**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2025**

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – Órgão Gerenciador, situado na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, nos termos da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 90.015/2025 (SEI 1684-89.2025.6.16.8000), **RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo fornecedor abaixo:**

**Empresa:**

**CNPJ:**

**Nome do representante legal:**

**Endereço completo:**

**CEP:**

**Telefone:**

**E-mail:**

**Banco:**

**Agência:**

**Nº Conta Corrente:**

**1. DO OBJETO, ITENS REGISTRADOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual **aquisição de condicionadores de ar tipo split high wall e cortinas de ar**, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme o edital, as especificações e condições do Anexo I – Termo de Referência e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

**1.2.** Os quantitativos e itens registrados constam no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				

**1.2.1.** A especificação completa do(s) item(ns) encontra-se no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

**1.3.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

**1.4. Da contratação dos itens registrados:**

**1.4.1.** Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

**1.4.2.** Quando e se houver necessidade da contratação, o TRE-PR notificará o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto, mediante o envio da nota de empenho e, se for o caso, convocação para posterior assinatura do contrato.

**1.4.3. Das obrigações do fornecedor:**

**1.4.3.1.** Fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados.

**1.4.3.2.** Observar e cumprir todas as condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

**1.4.3.3.** Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.

**1.4.3.4.** Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão

gerenciador ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

## **2. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**2.1.** Constituem obrigações do órgão gerenciador, dentre outras previstas no art. 7º do Decreto nº 11.462/23:

- a) Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- b) Remanejar os quantitativos da Ata, observando o disposto no item 10.
- c) Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados, conforme disposto no item 6;
- d) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;
- e) Deliberar quanto à adesão posterior de órgão e entidades não participantes, conforme disposto no item 3;
- f) Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no item 3.3, nos termos do item 3.3.1.

## **3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES (ADESÃO)**

**3.1.** Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**3.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

**3.2.1.** O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná somente autorizará a adesão após a aceitação do fornecedor.

**3.3.** Após a autorização do TRE-PR, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

**3.3.1.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da



entidade não participante, aceita pelo TRE-PR, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**3.4.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

### **3.5. Dos limites para as adesões:**

**3.5.1.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

**3.5.2.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**3.6.** Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS DELA DECORRENTES**

**4.1.** Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**4.1.1.** No caso de eventual prorrogação da Ata, os quantitativos serão renovados.

**4.2.** O contrato, quando houver, decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**4.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 4.2 deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**4.2.2.** Os contratos decorrentes do sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/21.

## **5. DO CONTROLE E GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1.** O controle e o gerenciamento desta Ata de Registro de Preços serão realizados pelos gestores da contratação, formalmente designados, por meio de ferramenta própria disponibilizada pelo Governo Federal (Gestão de Atas), no que se refere a:

- a) Quantitativos e saldos;
- b) Solicitações de adesão;
- c) Remanejamento de quantidades.

## **6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1. Da alteração ou atualização dos preços registrados:** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

**6.1.3.** Na hipótese de reajustamento dos preços registrados, nos termos do item 6.3.

### **6.2. Da negociação dos preços registrados:**

**6.2.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE-PR convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**6.2.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**6.2.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**6.2.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de

contratação mais vantajosa.

**6.2.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

**6.2.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**6.2.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**6.2.2.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, de 2021, e na legislação aplicável.

**6.2.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

**6.2.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**6.2.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2.2 e no item 6.2.2.1, o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**6.2.2.6.** O órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

### **6.3. Do reajuste:**

**6.3.1.** Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/07/2025.

**6.3.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo Contratante e exclusivamente para o saldo remanescente da ata de registro de preços, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC.

## **7. DAS SANÇÕES**

**7.1.** Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, comete infração administrativa o fornecedor que, com dolo ou culpa, não aceitar a nota de empenho.

**7.2.** O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo a Lei nº 14.133/2021, com a possível aplicação das seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**7.2.1.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**7.3.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que da infração provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.4.** O fornecedor que cometer a infração discriminada no item 7.1 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, à multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

**7.5.** As condutas de natureza **LEVE** são passíveis de **ADVERTÊNCIA** e àquelas de maior gravidade aplicam-se as **MULTAS**, conforme a seguir determinado:

### **7.5.1. ADVERTÊNCIA:**

	<b>Relação de descumprimentos</b>
<b>1</b>	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
<b>2</b>	Atraso na entrega de documentos necessários ou a amostra, quando solicitada;
<b>3</b>	Não emitir a nota fiscal dentro do prazo;
<b>4</b>	Encaminhar nota fiscal com falta de documento.

**7.5.2. MULTAS:** aplicadas de modo interdependentes, quando decorrentes de fatos diversos:

<b>Graduação da sanção</b>	<b>Relação de descumprimentos</b>	<b>Dosimetria e base de incidência</b>
<b>MÉDIA</b>	<p>a) Multa moratória pelo atraso na entrega dos itens, limitado a 20 (vinte) dias corridos.</p> <p>a.1) excepcionalmente, a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega dos itens da contratação, sem prejuízo da incidência da multa prevista.</p> <p>a.2) se, a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, o gestor considerar que a mora tornou inservível o cumprimento da obrigação, será aplicada multa compensatória sobre o valor total do item (alínea “e”), caracterizado pela não entrega do objeto contratado.</p>	0,5% (meio por cento) ao dia, incidindo sobre o valor dos itens empenhados e inadimplidos.
<b>GRAVE</b>	b) Não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018.	10% (dez por cento) sobre o valor total do item empenhado.
	<p>c) Multa compensatória em razão de:</p> <p>c.1) Não observância das normas/critérios relativos à Sustentabilidade.</p> <p>c.2) Fornecimento dos materiais em desacordo com o solicitado e a não substituição dos mesmos no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após notificação do Contratante.</p> <p>d) Recusa em substituir os materiais que não atenderem às características exigidas ou apresentarem quaisquer defeitos.</p>	15% (quinze por cento), sobre o valor dos itens empenhados e inadimplidos.

<b>GRAVÍSSIMA</b>	e) Multa compensatória, pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega do objeto contratado.	20% (vinte por cento) sobre o valor total do item empenhado.
-------------------	---	--

**7.5.3.** Poderá ser aplicada a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR NO ÂMBITO DA UNIÃO**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a) inexecução parcial da contratação que cause dano grave à administração;
- b) inexecução total da contratação;
- c) não aceitar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

**7.5.4.** Poderá ser aplicada a sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR**, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

- a) apresentar documentação ou declaração falsa;
- b) praticar ato fraudulento;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.6.** A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a Contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

**7.7.** A aplicação das sanções previstas não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**7.8.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**7.9.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**7.10.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**7.11.** As multas imputadas à Contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75/2012 do Ministério da Fazenda) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**7.12.** A Contratada autoriza desde já o desconto de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**7.13.** Caso não seja possível o desconto, a Contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**7.14.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**7.15.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**7.16.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**7.17.** As sanções serão registradas no SICAF e publicadas no DOU, nos casos de impedimento.

## **8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**8.1. Do cancelamento do registro do fornecedor:** o registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

**8.1.1.** Descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos.

**8.1.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

**8.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023.

**8.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**8.1.5.** O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

**8.1.6.** A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

**8.1.7.** No caso de o fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

**8.2. Do cancelamento dos preços registrados:** o cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

**8.2.1.** A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos bens/prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

## **9. DO CADASTRO DE RESERVA**

**9.1.** O Cadastro de Reserva é formado pelos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação, e pelos licitantes que mantiverem sua proposta original.



**9.1.1.** A listagem dos fornecedores que compõem o Cadastro de Reserva referente ao presente Registro de Preços consta anexa a esta Ata.

**9.2.** Poderá haver o chamamento dos fornecedores registrados no Cadastro de Reserva nas seguintes situações:

- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;
- b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

## **10. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta Ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo TRE-PR, nos termos do art. 30 § 1º do Decreto nº 11.462/23.

**10.2.** O TRE-PR poderá realizar o remanejamento para órgão ou entidade não participante, observados os limites previstos no item 3 desta Ata.

**10.3.** Competirá ao TRE-PR autorizar o remanejamento solicitado.

**10.4.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

## **11. DO FORO**

**11.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

**11.2.** E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam a presente, em formato digital, para um só efeito legal.

Curitiba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura Representante legal)

Nome do Representante Legal: .....

Cargo: .....

---

Solange Maria Vieira  
Diretora-Geral do TRE-PR